



# Turismo: reflexões e desafios

Queila Pahim da Silva  
organizadora



Pantanal Editora

2021

**Queila Pahim da Silva**  
Organizadora

**TURISMO:  
REFLEXÕES E DESAFIOS**



Pantanal Editora

2021

Copyright® Pantanal Editora  
Copyright do Texto® 2020 Os Autores  
Copyright da Edição® 2020 Pantanal Editora  
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo  
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera  
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capa: Canva.com

Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argentel-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

#### Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

#### Ficha Catalográfica

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> <b>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
T938	Turismo: reflexões e desafios [recurso eletrônico] / Organizadora Queila Pahim da Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2021. 160p.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-41-3 DOI <a href="https://doi.org/10.46420/9786588319413">https://doi.org/10.46420/9786588319413</a>  1. Turismo – Pesquisa – Brasil. 2. Lazer. I. Silva, Queila Pahim da. II. Título.  <span style="float: right;">CDD 338.4791</span>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



#### Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.  
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural, ambiental e política que se consolidou como fenômeno social em todo o mundo e que acarreta profundas transformações no cotidiano das pessoas e do meio ambiente. Deste modo, é imprescindível conhecer e refletir sobre seus inúmeros desafios e potencialidades.

No intuito de apresentar pesquisas na área, esta obra reúne trabalhos acadêmicos de autores de várias partes do Brasil e de Portugal, que trazem seu olhar sobre questões inerentes à atividade turística num contexto anterior e corrente da pandemia do novo coronavírus, abordando temas como cultura, religiosidade, preservação de patrimônio natural e imaterial, governança, destinos inteligentes, política pública do mapa da turismo brasileiro, acessibilidade e gestão de eventos culturais em uma organização pública.

No primeiro capítulo expõe-se a festa de São Benedito e São Sebastião, na vila de Itaúnas, no Estado do Espírito Santo, como forma de valorizar as manifestações culturais e religiosas dessa localidade, que tem neste evento um potencial turístico a ser apreciado e incentivado.

O segundo capítulo apresenta o caso da Ilha do Porto Santo, uma micro ilha pertencente ao Arquipélago da Madeira, situado na costa portuguesa, que possui no turismo, sua única fonte de renda. Os autores trazem uma reflexão sobre os conceitos de *smart tourism* e *smart islands*, como alternativa para a diversificação da economia e preservação ambiental da localidade.

No terceiro capítulo, mostra-se o chafariz da Praça Dom Joaquim na cidade de Conceição do Mato Dentro, município de Minas Gerais (Brasil), avaliando as representações que estiveram imbricadas na construção deste monumento, inaugurado em 1825. É objetivo do trabalho analisar as diferentes representações e alegorias que envolveram a execução e a configuração desta obra a fim de promover uma ação educativa com novas abordagens para a sua avaliação e análise.

O quarto capítulo descreve uma proposta conceitual para o desenvolvimento e a inclusão de sindicatos na governança em destinos turísticos inteligentes e demonstra a relação direta entre as tecnologias, a inovação e a sustentabilidade para que uma cidade possa se tornar um destino turístico inteligente.

O quinto capítulo tem como tema o mapa do turismo brasileiro, dando ênfase aos elementos necessários para um município fazer parte desta política pública. Como objetivo central, o estudo buscou analisar como o município de Filadélfia, Tocantins, vem respondendo ou correspondendo às necessidades das políticas públicas de turismo no tocante ao processo de categorização dos municípios para compor o mapa do turismo brasileiro.

O sexto capítulo é uma reflexão de diversos trabalhos relacionados com a temática da acessibilidade, caracterizando-se como um estudo preliminar no contexto do turismo acessível em Brasília.

Apresenta um ranking feito pelos autores, dos espaços de lazer para a prática de turismo acessível em Brasília, avaliando alguns de seus principais atrativos turísticos.

No sétimo capítulo, é analisada as relações existentes entre práticas turísticas e sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE) através dos modelos de análise da sustentabilidade Pressão-Estado-Resposta e Barômetro de Sustentabilidade do Turismo. Os resultados apontam um retrato positivo da sustentabilidade na área de estudo.

Já o oitavo capítulo suscita questionamentos na relação turismo, espaço urbano e lazer, especialmente no que se refere às relações estabelecidas entre os moradores e os espaços de convivência e cidadania, apresentando o caso das diferentes formas de uso e apropriação das áreas públicas de lazer no município de São Bernardo, Maranhão.

E por fim, o nono capítulo discorre sobre a gestão de eventos culturais em uma organização pública da região sudeste brasileira e a relação desse tipo de evento para o fomento do turismo nas localidades que os sediam.

Espera-se que os trabalhos aqui apresentados fomentem reflexões sobre os desafios que o turismo enfrenta, a fim de auxiliar em novas pesquisas e na sensibilização sobre a urgente necessidade de mudança de atitude dos gestores, comunidade local e visitantes em relação à correta preservação, gestão e utilização das localidades turísticas.

Boa leitura!

## SUMÁRIO

<b>Apresentação .....</b>	<b>4</b>
<b>Sumário.....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo I.....</b>	<b>7</b>
Cultura, religiosidade, tradição e turismo no norte capixaba: a festa de São Benedito e São Sebastião na vila de Itaúnas, ES .....	7
<b>Capítulo II .....</b>	<b>23</b>
Turismo e mono indústria, a emergência da mudança - O caso da Ilha do Porto Santo - Contributo para a Recuperação da Economia das Ilhas .....	23
<b>Capítulo III.....</b>	<b>37</b>
Turismo e Patrimônio Material: o caso do Chafariz com representação de indígenas em Conceição do Mato Dentro – Minas Gerais (Brasil) .....	37
<b>Capítulo IV .....</b>	<b>53</b>
Governança em destinos turísticos inteligentes: Uma proposta conceitual incluindo os sindicatos .....	53
<b>Capítulo V.....</b>	<b>76</b>
Estudo sobre a acessibilidade em atrativos turísticos de Brasília (DF).....	76
<b>Capítulo VI .....</b>	<b>89</b>
Mapa dos municípios turísticos brasileiros: um estudo sobre a cidade de Filadélfia/TO .....	89
<b>Capítulo VII.....</b>	<b>109</b>
Práticas Turísticas e Sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE).....	109
<b>Capítulo VIII .....</b>	<b>129</b>
Áreas urbanas e vivências comunitárias: um estudo de caso do município de São Bernardo, Maranhão .....	129
<b>Capítulo IX .....</b>	<b>145</b>
Eventos culturais em um órgão público: uma abordagem interdisciplinar entre Comunicação e Turismo .....	145
<b>Índice Remissivo .....</b>	<b>158</b>

## Turismo e Patrimônio Material: o caso do Chafariz com representação de indígenas em Conceição do Mato Dentro – Minas Gerais (Brasil)

Recebido em: 18/11/2020

Aceito em: 01/12/2020

 10.46420/9786588319413cap3

Adriano Toledo Paiva<sup>1\*</sup> 

### INTRODUÇÃO

Neste artigo analisaremos o chafariz da Praça Dom Joaquim na cidade de Conceição do Mato Dentro, município de Minas Gerais (Brasil), avaliando as representações que estiveram imbricadas na construção deste monumento. Esse bem material foi registrado no Livro de Belas Artes, sob a inscrição: 454, datado de 9 de março de 1960. Esse chafariz se destaca por ser uma obra em cantaria<sup>2</sup> com a representação de indígenas. As produções de obras com esse tema não foram correntes nas produções artísticas nas Minas Gerais setecentista, portanto, a fonte em pedra sabão revela um importante aspecto para a história e patrimônio local e do Brasil. Os moradores da região sempre evocam a presença do chafariz como uma homenagem aos povos indígenas da região. Contudo, o que significava representar o indígena em uma praça e no monumento comemorativo? Qual é o “lugar de memória” para os povos indígenas nessa praça?

Neste chafariz consta a inscrição do dia que foi inaugurado, próxima às figuras antropomórficas de onde jorram água: “22 de abril de 1825”, “quarto ano da Independência”. O projeto e a execução dessa escultura são de autoria do mestre José Caetano, mas não encontramos muitas referências sobre esse mestre da cantaria. No topo do chafariz verificamos a figura de um guerreiro indígena, ativo, portando capa, saiote emplumado, cabelos longos, atavios de argolas nas orelhas compostos de ferro e um grande penacho. O líder é sustentado por outras quatro figuras humanas, desnudas, e com deformações na boca, semelhantes a “carrancas” ou “gárgulas”, de onde verte água (Imagem I).

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFMG. Pós-doutorando em História na UFMG, com bolsa do PNPd-CAPES.

\* Autor(a) correspondente: [adrianohis@yahoo.com.br](mailto:adrianohis@yahoo.com.br), [adrianotolpa@gmail.com](mailto:adrianotolpa@gmail.com)



**Imagem 1.** Chafariz da Praça Dom Joaquim – Conceição do Mato Dentro (MG. – Brasil). Fonte: Fotografia de Adriano Toledo Paiva (04/12/2016).

Em coletânea de efemérides sobre essa região, Danilo Arnaldo Briskievicz avalia que em 24 de setembro de 1828, a Câmara do Serro Frio ordenou a construção do Chafariz da Cavalhada, que foi

arrematado também pelo mestre José Caetano no valor de 77\$860. Segundo as especificações da obra, a fonte deveria ser

uma coluna organizada de três peças vindas de pedestal; no meio quatro carrancas vomitando água por 4 canos e sobre tudo isto uma pirâmide tudo de pedra, tendo em baixo um tanque oitavado com quatro assentos para descanso dos recipientes chapeados com gatos de ferro ligados com chumbo forrado, o centro com pedras lavradas de modo a não minar a água (Briskiewicz, 2017).

Infelizmente, essa obra foi substituída e não existe no espaço urbano da atual cidade. E no Guia de bens tombados de Minas Gerais (Souza, 1985) avaliamos que não se conhece outro trabalho do Mestre José Caetano, autor do chafariz de tema muito original, mas os documentos paroquiais e camarários do Serro Frio ainda merecem uma melhor análise e estudos dos historiadores. Em dissertação de mestrado, Rafael de Brito Souza (2017) analisa dados sobre a falta de abastecimento de água no Serro Frio, sendo construído o chafariz da Matriz e do Largo da Cavallhada no Serro Frio (1828). O autor considera que este chafariz, também arrematado pelo mestre José Caetano, poderia ser semelhante ao projeto realizado em Conceição do Mato Dentro (1825) (Souza, 2017). A história sobre esse mestre de cantaria ainda merece ser estudada, provavelmente está relacionada às trajetórias de muitos outros artífices das pedras de Minas Gerais, sendo negros, pardos ou mestiços de origem escrava, alforriados ou nascidos livres (Silva, 2008).

## **O CHAFARIZ INDÍGENA NA PRAÇA DOM JOAQUIM**

Em 1948, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, diretor geral do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, solicitou pesquisas e contatos com as autoridades da municipalidade sobre uma obra de arquitetura civil pertencente à cidade de Conceição de Mato Dentro, “o conjunto arquitetônico e urbanístico da Praça Dom Joaquim, antigo Largo do Pelourinho, com seu chafariz em pedra-sabão”. O tombamento foi sugerido em 20 de outubro de 1948 pelo então chefe da seção de arte o arquiteto Alcides Rocha Miranda. Depois de avaliados os casarios da praça, ficou comprovado que apenas o chafariz seria digno do tombamento. (IPHAN, Processo: 0379-T-48, D.P.H.A.N./D. E. T., 1948). Em 18 de setembro de 1959, Andrade solicitou ao chefe do terceiro distrito, Dr. Sylvio de Vasconcellos, o exame do assunto, fundamentando as propostas de inserção do Chafariz nos registros de patrimônio histórico e de arte. (Imagem I) Destacamos alguns trechos do relatório de Vasconcellos sobre o Chafariz:

com referência ao Ofício nº 1092 e a propósito dos tombamentos que se recomendam na cidade de Conceição do Mato Dentro, cumpre assim fundamentá-los:

...2 – fonte pública: trata-se de um conjunto escultórico composto de um tanque quadrangular com coluna central encimada por estátua figurando um silvícola. Na base do pedestal desta estátua ocorrem figuras bizarras, de cuja boca jorra água. A estatuária tem sabor pouco erudito, quase popular; se por um lado esta característica não valoriza a peça, por outro a torna interessante e singular, mormente pelo uso de elemento indígena. A obra está datada de 1825 e é lavrada em pedra-sabão. Por estas características talvez se recomende também a proteção do poder público. (28/09/1959) (IPHAN, Processo: 0379-T-48, D.P.H.A.N./ D. E. T., 1948).

A obra considerada por esse especialista como de “sabor pouco erudito”, “quase popular”, exótica, com silvícola e representação de outras “figuras bizarras” destoava de outros chafarizes das cidades coloniais, compostos com certo refinamento e geralmente dispostos em um paredão de pedras. A estrutura do chafariz é de fosso e vertendo água ao alto, não sendo apenas dissipada por uma canaletta conduzida do leito de um córrego ou minas de água. O prefeito Jorge de Vasconcelos Safe acusou o recebimento das notificações relativas ao tombamento do Chafariz, emitidas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo feita a sua inscrição, “sobre o número 454, na folha 84 do livro do Tombo das Belas Artes, em 9 de março de 1960. Carlos Drummond de Andrade. Chefe da S.H. da D.E.T.” (IPHAN, Processo: 0379-T-48, D.P.H.A.N./D. E. T., 1948).

Quando visitamos a cidade de Conceição do Mato Dentro, no ano de 2016, em companhia do meu amigo o Prof. Dr. Alexandre Rodrigues de Souza, avaliamos que a obra estava bastante avariada, tendo o piso original do chafariz coberto por cimento, algumas das carrancas estavam quebradas e com inscrições em sua superfície feitas pela população. Segundo informações da Prefeitura Municipal, o Chafariz foi reinaugurado no mês de março de 2020, tendo seus processos de restauro iniciados no último quartel de 2018. A restauração devolveu as partes faltantes das carrancas, reintegrando a superfície das pichações e riscos da pedra sabão, seu piso original de quartzito e a reinstalação do abastecimento de água para a fonte.

Na documentação do IPHAN, a Praça Dom Joaquim é descrita como “antigo largo do pelourinho, com seu chafariz de pedra sabão”. Segundo publicações da Fundação Casa de Cultura de Conceição do Mato Dentro, o chafariz substituiu o pelourinho que ali existia desde 1719 (Rocha, 2015). O pelourinho é a representação do poder e da justiça do Rei na localidade, sendo utilizado para comunicados importantes, leitura de editais e para aplicação de punições aos transgressores da ordem. Neste caso, a substituição do monumento representa a necessidade de demarcar um novo período, o da construção do Império do Brasil e de uma nova nação. O monumento homenageia os quatro anos da independência (conforme inscrição na sua base), representando e disseminando uma nova memória para o povoado. Assim, o passado do domínio português ruía com a demolição da antiga picota e emergia a alegoria do governo de Dom Pedro I. Afinal, quais as representações e figuras acionadas para a configuração deste monumento? Por que foram empregados elementos e figuras indígenas para a execução da obra? Investigaremos esses aspectos nas próximas partes do nosso texto.

## **REPRESENTAÇÕES DO GUERREIRO INDÍGENA**

A obra do mestre José Caetano celebra a independência do Brasil, conforme as inscrições no monumento, dispostas no coroamento das figuras antropomórficas que expõem água: “22 de abril de 1825”, “quarto ano da independência”. A obra substituiu o pelourinho que era símbolo do poder da Coroa

Portuguesa nas conquistas e sinal do estabelecimento e aplicação da sua justiça na localidade. Com a Proclamação da Independência e com a promulgação da Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I (25/03/1824), os principais homens da localidade elaboram um monumento de apoio ao novo governo e estatuto político do Brasil. Em meio aos muitos conflitos entre os brasileiros e lusitanos, entre pensamentos conservadores e liberais, a localidade manifestava seu apoio ao Imperador e à liberdade nacional. O monumento celebrava e representava a nação brasileira. A sua data de inauguração coincide com a celebração da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral nas terras de Santa Cruz. Deste modo, a intenção política de sua construção e inauguração representava o desejo de rompimento com a história colonial e do passado de dominação portuguesa.

No Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte – MG.) encontramos uma reprodução fotográfica de um quadro, intitulado “Índio Brasileiro entrega a Coroa Imperial a D. Pedro I” (Imagem 2). Constatamos que a obra, não identificada pelo arquivo, integra o acervo do Museu Casa Padre Toledo, na Cidade de Tiradentes (MG.). (APM. PE-031) A pintura representa o indígena entregando a coroa à D. Pedro I, representando um pacto de vassalagem entre os Brasileiros e seu governante ricamente fardado e com todas as insígnias e distintivos reais. O índio é pintado com adornos de penas e grande cocar, sendo associado à imagem do guerreiro, portando arco e flechas. O índio representa o povo brasileiro e o Imperador passava a ser seu protetor (APM. PE-031).



**Imagem 2.** “Índio Brasileiro Entrega a Coroa Imperial a D. Pedro I”. Fonte: APM. PE-031. (Reprodução fotográfica de quadro). Dimensão:13,8 x 18,9 cm.

Em um bordado comemorativo, disponível na loja Companhia Paulista de Leilões, avaliamos uma obra com a alegoria do juramento da Constituição de 1824. Dom Pedro I salva uma índia e sua filha (que representariam o Brasil) da ameaça do absolutismo, representado por Portugal. (Imagem 3) As mulheres indígenas estão cobertas com saiotas de penas, tendo penas de adereço na cabeça e uma capa. As nativas observam e acenam para a imagem de George Washington. O Imperador aparece com vestes militares, com as cores da família Bragança, mas não parece vincular-se à Monarquia Portuguesa, destituído de símbolos como coroa, medalha, cetro ou mantos.



**Imagem 3.** “Alegoria do juramento da Constituição de 1824”. Pedro I salva a índia (que representa o Brasil) da ameaça do absolutismo. Alegoria à Independência do Brasil - Autor não identificado - Bordado, 40 x 40 cm. Fonte: Cia Paulista de Leilões: <http://www.ciapaulistadeleiloes.net.br:80/peca.asp?ID=396368&ctd=237&tot=261&tipo=> Acesso em: 25/08/2020.

O imperador não parece apenas salvar as indígenas das ligações com Portugal, uma âncora com a inscrição “Constituição” está atada a um pilar de um porto, na parte direita da imagem. A liberdade, representada por uma mulher, está laureada e com uma palma, representando a vitória, com as cores Imperiais da casa de Bragança. A figura feminina parece flertar com o Imperador, tocando-lhe pelo braço direito, e aponta para o busto de George Washington. Ao estabelecer essa ligação com o lado direito de D. Pedro, a mulher em vestes clássicas parece despertar-lhe a razão. A imagem nos demonstra um diálogo travado entre o Imperador e a Liberdade, que aponta com o dedo indicador à estátua em mármore e o monarca também a demonstra com a mão espalmada.

Uma litografia em preto e branco sobre papel, intitulada “D. Pedro I. e a Constituição - luta contra o despotismo”, de autoria de Gianni, pertencente ao Museu Histórico Nacional e reproduzida em inúmeros exemplares e publicações, também emprega a representação do Imperador a salvar uma índia (Imagem 4).



**Imagem 4.** “Alegoria ao juramento da Constituição, 1825”. Fonte: GIANNI. Alegoria ao juramento da Constituição, 1825. Litografia. CORREIA, Jonas. Símbolos do Brasil. In: História da Independência do Brasil. Volume VI. Rio de Janeiro/Guanabara: Rideel, 1972. Essa obra intitulada “D. Pedro I. e a Constituição - luta contra o despotismo - litografia de Gianne” encontra-se depositada no Museu Histórico Nacional.

Datada de 1824, essa imagem mostra o imperador amparando a índia desnuda, portando apenas saio de penas, flechas, arco e adornos de cabeça. A envolvente e lânguida jovem, com bela musculatura e altivez, coloca-se aos pés de um abismo e sendo capturada por um ser monstruoso e serpente. O Imperador está trajado de vestes reais, faixas, insígnias das suas nobres casas, comendas militares e espada, pisando sobre a mão do portento. A imagem nos remete às representações imagéticas católicas da Virgem Maria, pisando em uma serpente com os pés, e de São Miguel, que também triunfa sobre uma figura demoníaca. O Imperador é registrado como viril, valente, forte, jovem e musculoso: representa um herói que salva a indígena. As representações de Pedro I vinculam-se especialmente com a construção da imagem do governante como “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”, título que ganhou em

outubro após a independência. O pesquisador Paulo Rezzutti, ao analisar esta mesma gravura nas biografias de Dom Pedro I e de Domitila de Castro do Canto e Mello, associa a figura da índia segurada pelo imperador à sua preferida, a Marquesa de Santos (Rezzutti, 2013). Para o autor, os relatos da época sugerem que a Marquesa teria servido de modelo para a figura indígena (1825) (Rezzutti, 2015).

Ana Flora Guimarães Murano (2013), em sua dissertação de mestrado, analisa a produção de imagens oficiais criadas para Dom Pedro I nos eventos da Monarquia, investigando as intenções políticas que permearam a construção da imagem pública do soberano. A autora avalia que do mesmo modo que nas antigas possessões espanholas da América a representação de sua imagem transitou intensamente pela iconografia Napoleônica, tornando-se um monarca-soldado e libertador do Brasil. Nas produções iconográficas sobre o novo Imperador retomam-se o ideário do Antigo Regime, mas empregam construções que propagam a imagem real com um verniz liberal e totalmente aferrado aos interesses da nova pátria (Murano, 2013). Em instigante artigo, Yobenj Aucardo Chicangana-Bayona analisa a substituição da imagem do Rei Fernando VII pela de Bolívar como Pai da Pátria. Representada junto a um herói da libertação das Américas constava a “índia crioula de aljava, cocar e saia de penas”. A alegoria da América foi resignificada tanto na sua representação iconográfica quanto no seu conceito. (Chicangana-Bayona, 2011)

A imagem da mulher indígena representava as primeiras repúblicas americanas, evocava a Liberdade, assim como resgatava a população originária das Américas, representando a constituição do nacionalismo e a oposição aos ideais do Reino de Castela. Entre 1808 e 1810, a pesquisa de Chicangana-Bayona avalia que foram criadas gravuras anti-napoleônicas que reforçavam as alegorias da união da Espanha, mulher de roupagens clássicas romanas, e da Nova Espanha, como uma mulher adornada com penas (índia). Segundo o estudioso, desde os primeiros anos da república, em Cartagena, substituíram os símbolos imperiais espanhóis e adotaram a representação da índia liberada, como distintivo, emblema de liberdade e independência. (Chicangana-Bayona, 2011) Para o México, Maria del Carmen Vázquez Mantecón analisa as festas, celebrações e representações iconográficas de Agustín de Iturbide como o grande libertador, sendo também representado como Monarca, portanto, guardando similaridades com os retratos de Dom Pedro I (Mantecón, 2008). Chicangana-Bayona assinala que esta representação feminina em alguns casos possuía toga grega, barrete frígio e acessórios indígenas, ou ainda mesclava esses elementos. Assim, o investigador argumenta que a mulher representada possui fenótipo típico europeu; sendo “mais uma idealização de um passado indígena, e não se refere aos indígenas que habitavam naquele momento na Nova Granada”; eram “crioulos brancos travestidos com ornamentos de penas que celebravam a pátria” (Chicangana-Bayona, 2011).

Em sua dissertação, Murano analisa os leques de comemoração da independência e avalia a representação iconográfica central da figura do indígena de joelhos perante D. Pedro I, sendo que alguns

outros abanicos possuíam o indígena entregando uma Coroa ao Imperador. A autora não analisa detidamente as interpretações sobre a imagem do indígena associada a Dom Pedro, pois sua preocupação de pesquisa são as imagens oficiais, tal como a Coroação e a aclamação, elaboradas por Debret. A autora também faz menção a uma pintura anônima com temática do indígena, (Imagem 2, pertencente ao acervo do APM, que é um painel da Casa do Padre Toledo), que oferece a coroa a D. Pedro, que traja botas de cavaleiro (Murano, 2013). Nos catálogos de Miguel Salles Escritório de Artes, encontramos alguns leques comemorativos elaborados pelas celebrações da independência do Brasil. A coleção é designada por Família Imperial Brasileira, composta por alguns leques de varetas de madrepérola com embutidos de prata, dourados e com acabamentos em ouro, tendo em sua frente e ao verso pinturas com temática vegetalista e flores. Um dos abanadores, pintado à mão, possui na reserva central a figura de D. Pedro I, com condecorações, entre elas o tosão de ouro, busto ladeado por cetro e uma bandeira de três faixas com cores verde e amarela. Em outra obra, verificamos a inscrição “Viva D. Pedro I, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil”, emoldurado com uma fita azul com treze estrelas, sustentada por dois querubins, tendo o da direita a Coroa do Império do Brasil. Não encontramos representações de indígenas associadas ao Imperador como as apontados por Murano, pertencentes ao acervo dos Museus Mariano Procópio (Juiz de Fora – MG.) e Imperial (Petrópolis – RJ). Contudo, avaliamos no reverso dos abanicos representações muito interessantes, tais como: a pintura de uma solitária abelha sobre o fundo de ouro e em dois exemplares a imagem de uma ave salmonada, de asas abertas, sobre galhos, folhas e guirlanda de flores. O pássaro pintado remete a Arara ou papagaio, que foram comumente empregados como símbolos da terra brasileira. A utilização da ave típica da localidade também exortava as riquezas do Brasil sob a proteção do Imperador. A imagem do índio guerreiro e da mulher índia representavam a nação brasileira e o resgate de um período anterior à colonização portuguesa, portanto, Dom Pedro era o libertador e o protetor da nova pátria.

Não temos o objetivo de analisar a construção da figura real de Dom Pedro ou da Monarquia no período, mas retomaremos algumas destas produções iconográficas oficiais, para abordagem das alegorias dos povos indígenas, no intuito de compreender melhor os elementos construtivos do monumento de Conceição do Mato Dento. No “Cenário para o Bailado Histórico” (*Décoration du Ballet historique*) que decorou o Teatro Real São João (Rio de Janeiro), na cerimônia em homenagem à Aclamação do Rei D. João VI e ao casamento do Príncipe D. Pedro com a arquiduquesa da Áustria (1818), verificamos a presença de um indígena sustentando o Rei e fitando-o diretamente (Imagem 5).

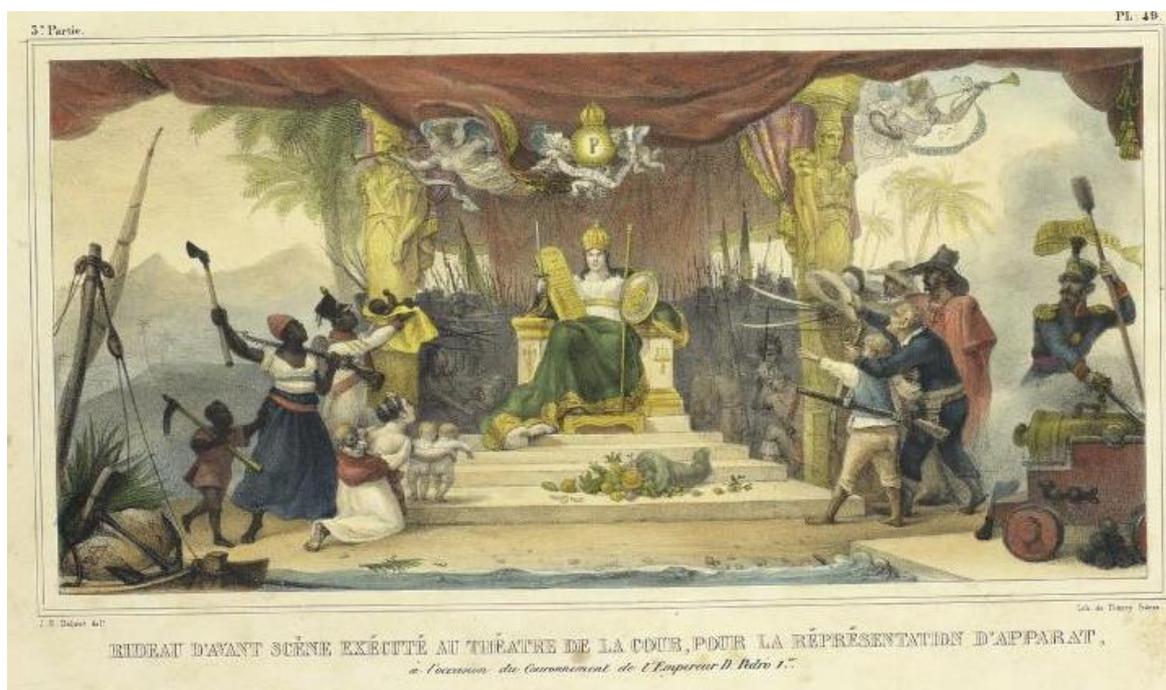


**Imagem 5.** Decoração do Balé Histórico: Apresentada no Teatro da Corte, no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1818; por ocasião da aclamação do Rei D. João VI e do casamento do Príncipe Real D. Pedro, seu filho (Debret, 1989).

Na representação elaborada por Debret, Dom João VI coroadado, com manto púrpura e pele de arminho, em posição respeitável, com seu cetro empunhado e apoiado sobre o globo terrestre, é sustentado por três homens: um de armadura, outro trajando vestes orientais e um indígena. O índio sustenta a base do Rei com as duas mãos, olhando-o em posição de escorço, enquanto os dois homens sustentam a base do Rei com os ombros. A cena nos remete a uma submissão do índio ao Monarca, por ser representado de modo distinto dos outros pajens que o sustentam. Esse guerreiro parece rendido ao esplendor da realeza e devotando a sua total admiração, sustentando-o, pois está abaixado e segurando o monarca com os dois braços. O índio é representado como um guerreiro, porta adornos de pena na cabeça e em uma saia, pulseiras, arco e flechas nas suas costas. Não notamos a presença da representação de negros ou africanos na cena de aclamação do poderio do grande Rei. A imagem de D. João VI surge dos mares, ladeado pelo panteão de deuses da antiguidade clássica (influência greco-romana), por ninfas com brasões, retratos reais e sendo saudado pelo próprio Netuno, que empunha seu tritão e maneja um símbolo heráldico lusitano (Brasiliana iconográfica: icon393054\_172).

Em outra pintura de Jean-Baptiste Debret, denominada “Pano de boca executado para a representação extraordinária dada no Teatro da Corte por ocasião da coroação de Dom Pedro I,

Imperador do Brasil” (1822) é uma alegoria sobre o Império do Brasil e sua feição Constitucional (Imagem 6). O trono não é ocupado pela figura do Imperador, mas por uma mulher coroada, com cetro, escudo, brasão e empunhando espada. Essa jovem, com roupas clássicas e com as cores imperiais, segura na mão direita as tábuas da Constituição, sendo uma alusão das típicas representações da Lei na independência dos Estados Unidos. A alegoria alude que a monarquia não está focada no poder absoluto do soberano, mas nas Leis e no bem comum da pátria. Debret colocou sobre o trono uma cúpula, sustentada por colunas douradas em forma cariátides, encimada pelo Brasão Imperial assinalado com a letra “P”, algumas figuras celestes sustentam filactérios com as seguintes inscrições: “Império do Brasil” e “Independência do Brasil” (Brasiliana iconográfica: icon393054\_182).



**Imagem 6.** Pano de boca executado para a representação extraordinária dada no teatro da corte por ocasião da coroação de Dom Pedro I, imperador do Brasil. (DEBRET, 1989).

Esta figura feminina é ladeada por família de negros, homens e mulheres mestiços e representações clássicas dos mamelucos de São Paulo (sertanejos e sertanistas) e muitos outros soldados. As crianças e as pessoas que ladeiam a representação central evocam o contexto das mestiçagens do Brasil. Nesta alegoria não observamos a centralidade da figura nativa. Os indígenas são representados ladeando o trono, ao lado direito da mulher observamos uma mãe e duas crianças; e debuxado com algum detalhamento (lado esquerdo), dois guerreiros com cocares, adornos corporais, saiotos de penas e lanças. Essas figuras não estão em primeiro plano e são utilizadas para complementar a cena. O pintor cria uma ilusão de perspectiva com a justaposição das espingardas de militares e com as armas nativas (bastões, flechas e setas). As sombras de cocares indígenas e das lanças criam uma sensação de aglomeração atrás da imagem retratada,

podendo nos sugerir os sequazes e protetores da figura central, a Monarquia que empunha a constituição (Brasileira iconográfica: icon393054\_182).

Nesta região das Minas Gerais, foram constantes o contato dos indígenas com imagens do Imperador (litogravuras e pinturas), que eram concedidas como presentes aos seus líderes e afixadas nas instalações das diretorias militares. Alguns jovens indígenas dos aldeamentos das divisões militares de Minas Gerais também eram enviados constantemente à Corte para aprendizado de ofícios e para despertar os desejos de viver entre os conquistadores. Segundo as correspondências do Diretor Marlière, cinco jovens índios foram encaminhados para o Rio de Janeiro “para serem educados na conformidade de Sua Majestade Imperial, que lhes servirá de pai” (RAPM) Nestas correspondências do Diretor Geral dos índios, avaliamos que os índios Nahnenukes enviaram ao Imperador como “gesto de paz” uma “carapuça tecida pelos índios” (1825). E em 1825, os comandantes militares da região solicitaram a avaliação da conduta do índio Inocêncio Gonçalves de Abreu, sendo também fornecidas informações sobre o paradeiro de gêneros doados pela Intendência. Na relação das doações feitas pela Fazenda Real constavam ferramentas de trabalho, utensílios domésticos, trajes militares, roupas de uso doméstico e pessoal. E constava nesse arrolamento a presença de “um retrato de Sua Majestade Imperial com molduras douradas” (RAPM). A imagem do Imperador era doada aos aldeamentos e representava um símbolo do poder imperial e do pacto com a Monarquia. Desta forma, as imagens e representações pictóricas do Imperador eram conhecidas pelos indígenas e disseminada pelos aldeamentos. O Imperador estava sempre próximo dos seus súditos indígenas e se fazia presente pelos seus retratos em litografia e em tinta óleo.

Segundo John Manuel Monteiro (2001), “para os pensadores do Império [do Brasil], os índios Tupis, relegados ao passado remoto das origens da nacionalidade, teriam desaparecido enquanto povo, porém tendo contribuído sobremaneira para a gênese da nação, através da mestiçagem e da herança de sua língua”. Os Tapuias foram caracterizados como inimigos, “o traiçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização, ao invés do nobre guerreiro (Tupi) que fez pacto de paz e de sangue com o colonizador”. De acordo com Monteiro, esta oposição entre Tupi e Tapuia embasava os elementos de configuração de uma identidade e projeto nacional, mas simbolizavam os aspectos da política indigenista encetada nos oitocentos que oscilavam das tensões entre a assimilação da população indígena e a repressão ou extermínio dos que não se enquadrassem nos projetos colonizatórios (Monteiro, 2001).

As oposições entre Tupis e Tapuias, tão presente nos documentos do período colonial, especialmente nas primeiras cartas e escritos da Companhia de Jesus, foram incorporadas ao discurso historiográfico do século XIX como grandes categorias analíticas das populações indígenas. Essa representação discursiva também pode ser observada na execução da obra do chafariz de Conceição do Mato Dentro (Imagem 1). As carrancas, que sustentam o guerreiro, representam o índio Tapuia considerado “inimigo”, o “mau selvagem”, portanto, sua imagem oscilava entre os discursos da sua

barbárie, com práticas de antropofagia e guerra brutal, mas com possibilidade de salvação e redenção pelo cristianismo. Esse “feroz inimigo” da Cristandade e do Rei só poderia ser contido com a guerra de extermínio ou tornando-se um índio aliado aos processos de colonização, representado pelo guerreiro Tupi celebrado no cume do Chafariz. Essa representação ideal do indígena parece sobrepôr e dominar as gárgulas que o sustentam, ou seja, os índios considerados “incivilizados” ou Tapuias (Botocudos). Ademais, Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, essas classificações sempre condicionaram as práticas das políticas indigenistas, estabelecendo tratamentos para índios considerados inimigos e aliados aos processos de conquista e estados nacionais (Almeida, 2010).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monumento construído na praça do antigo Pelourinho (1825) substituiu a celebração do poder em torno da Monarquia Portuguesa para comemorar a Independência do Brasil e sua Constituição. A obra é geralmente associada aos povos indígenas desde os documentos de seu tombamento histórico pelo IPHAN, assim como na interpretação dos habitantes da cidade de Conceição do Mato Dentro. Os moradores, que vivenciam seus lazeres e sociabilidades na praça, produzem relatos e discursos sobre o chafariz com aquele índio emplumado.

Neste artigo, tivemos como objetivo principal analisar as diferentes representações e alegorias que envolveram a execução e a configuração desta obra no intuito de promover uma ação educativa para avaliação deste patrimônio, criando novas abordagens e sensibilidades para análise do monumento. Acreditamos que esse estudo poderá servir como ferramenta para despertar e construir subjetividades na localidade, assim como gerar práticas e projetos de educação patrimonial. Conforme Michel Foucault, o discurso não é apenas concebido como conjunto de signos, não sendo unicamente uma descrição das coisas, mas a interação entre os sujeitos e a produção de relatos e significados sobre os objetos. Assim, o discurso não é apenas o que se conhece e o que se diz sobre um objeto, mas representa os sentimentos, dilemas e conflitos desse sujeito em relação a si, aos outros e ao coletivo (Foucault, 2000). Quando avaliamos os diferentes discursos e enunciados sobre esse monumento, não estamos diante apenas da operação discursiva ou expressiva de um sujeito, mas de todo um conjunto de regras anônimas, históricas, de diferentes épocas e intencionalidades políticas. Em meio a essas múltiplas teias, diferentes agentes históricos passam a criar subjetividades analisando seus elementos, criando narrativas e interpretando-os.

Quando analisamos as representações pictóricas empregadas na criação do chafariz, avaliamos a construção de uma narrativa sobre o passado, que envolveu alegorias e representações. O monumento substituiu construções do passado colonial, mas, com advento da República, o conteúdo de celebração da Independência do Brasil perdeu seu vigor e emprego discursivo. A linguagem política da República não celebraria as continuidades impressas pela presença dos Bragança e Orleans, porque a independência não

foi um rompimento com a tradição portuguesa. Assim, o horizonte discursivo sobre o chafariz apresentou diferentes e novos pontos de vista, construindo novos símbolos e significados sobre o poder. Esperamos agregar novos conceitos e novas subjetividades ao patrimônio analisado, criando identidades e conexões do objeto com os seus apreciadores e protetores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida MRC de (2008). “Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX)”. *Memória Americana*, 6(1): 19-40.
- APM - Arquivo Público Mineiro. PE-031. Índio Brasileiro Entrega Coroa Imperial a D. Pedro I. (reprodução fotográfica de quadro). dimensão: 13,8 x 18,9 cm.
- Brasiliana iconográfica: icon393054\_182.Rideau d'avant scène exécuté au Théâtre de la Cour, pour la représentation d'apparat, : à l'occasion du Couronnement de l'Empereur D. Pedro 1er. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19688/rideau-davant-scene-execute-au-theatre-de-la-cour-pour-representation-dapparat-a-loccasion-du-couronnement-de-lempereur-d-pedro-1er>. Acesso em: 20/07/2020
- Brasiliana iconográfica: icon393054\_172Décoration du Ballet Historique : Donné au Théâtre de la Cour, à Rio de Janeiro, le 13 de mai 1818; à l'occasion de l'acclamation du Roi D. Jean VI et du mariage du Prince Royal D. Pedro, son fils. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/16766/decoration-du-ballet-historique-donne-au-theatre-de-la-cour-a-rio-de-janeiro-le-13-de-mai-1818-a-loccasion-de-lacclamation-du-roi-d-jean-vi-et-du-mariage-du-prince-royal-d-pedro-son-fils> Acesso em: 20/07/2020
- Briskievicz DA (2017). A arte da crônica e suas anotações: História das Minas do Serro do Frio à atual cidade do Serro em notas cronológicas (14/03/1702 a 14/03/2003). Simplíssimo Livros Ltda.
- Chicangana-Bayona YA (2011). Imagens, conceitos e cultura política: a pintura sobre a independência da Colômbia na primeira metade do século XIX. *Tempo*, 17(31): 145-176.
- Companhia Paulista de Leilões. Alegoria do juramento da Constituição de 1824. Autor não identificado - Bordado, 40x40cm. Disponível em: <http://www.ciapaulistadeleiloes.net.br:80/peca.asp?ID=396368&ctd=237&tot=261&tipo=> Acesso em: 20/07/2020
- Costa SC da (1995). As quatro coroas de D. Pedro I. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Debret JB (1989). Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Tomos 1º, 2º e 3º. Belo Horizonte, Editora da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia Editora Ltda.

- Família Imperial Brasileira. Miguel Salles Escritório de Artes. Leques comemorativos elaborados pelas celebrações pela independência do Brasil. Disponível em: <https://www.miguelsalles.com.br/peca.asp?ID=5167981>. Acesso em: 20/07/2020
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1948). Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro (ACI-RJ). Assunto: Tombamento. Processo: 0379-T-48, D.P.H.A.N./D. E. T. Seção História. Anexo Processo. 0379-T-48, 91p. Localização Geográfica: Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais (MG), data.
- Mantecón MdCV (2008). Las Fiestas para el Libertador Y Monarca de México Agustín de Iturbide, 1821 – 1823. Estudios de Historia Moderna Y Contemporánea de México, 36.
- Monteiro JM (2001). Tupis, Tapuias e os Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência, Área Antropologia, subárea História Indígena e do Indigenismo. IFCH- UNICAMP: Campinas.
- Murano AFG (2013). *D. Pedro I: Uma análise iconográfica*. Dissertação de mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp.
- Rezzutti P (2013). *Domitila: A verdadeira história da marquesa de Santos*. São Paulo: Geração Editorial.
- Rezzutti P (2015). *D. Pedro - A história não contada: O homem revelado por cartas e documentos inéditos*. São Paulo: Editora LeYa.
- Rocha L et al. (org.) (2015). Fundação Casa de Cultura. *Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição: Símbolo de Cultura, História e Fé*. Fundação Casa de Cultura. Minas Gerais: Fundação Casa da Cultura.
- Silva FG (2008). “Chafarizes e Máscaras: pequena referência à participação africana na produção artística Mineira”. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Orgs.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 1: 139-159.
- Souza WA de (coord.) (1985). *Guia dos bens tombados, Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Sousa R de B (2017). *Resgate Histórico da Paisagem Urbana e Das Praças do Serro - MG*. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, UFLA: Lavras.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

acessibilidade, 30, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88  
adaptações, 59, 85, 86, 115  
atrativos, 8, 54, 55, 64, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 92, 98, 102, 108, 109, 118, 121, 123, 125, 135

### B

barreiras arquitetônicas, 79, 84  
Brasília, 21, 76, 77, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 145

### C

Comunicação, 55, 140, 145, 146, 148, 151, 156, 157  
comunidade, 7, 9, 13, 17, 20, 32, 80, 101, 115, 117, 130, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 147, 155, 156  
cultura, 8, 9, 10, 17, 21, 51, 54, 67, 86, 88, 115, 118, 132, 133, 134, 141, 142, 144, 147, 148, 149, 153, 156

### D

desenvolvimento sustentável, 11, 59, 62, 93, 109, 110, 111, 112, 115, 116  
Destinos Turísticos Inteligentes, 55, 64, 73  
Distrito Federal, 77, 88  
diversificação econômica, 27, 34

### E

eventos culturais, 9, 10, 76, 133, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156

### F

festa, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 132

### G

gestão de eventos, 145, 146, 149, 150, 154, 155, 156  
gestão pública, 73, 95, 102, 103, 143

governança, 32, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 107, 127

### I

ilhas atlânticas, 25  
indicadores de sustentabilidade, 110, 112, 120  
Itaúnas, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 20

### L

lazer, 54, 76, 77, 81, 84, 86, 108, 110, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 155

### M

mapa do turismo, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 105  
memória, 13, 16, 37, 40  
Minas Gerais, 37, 39, 49, 52, 87, 107

### O

organização pública, 146, 150, 151, 154, 155, 156

### P

patrimônio, 9, 10, 11, 20, 21, 22, 37, 39, 50, 51, 77, 129, 131, 133, 134, 135, 139, 140, 143  
patrimônio imaterial, 10, 20  
Pessoa com Deficiência, 78, 82, 87  
Porto Santo, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33  
povos indígenas, 37, 46, 50

### R

ranqueamento, 84, 85

### S

São Bernardo, 129, 130, 136, 139, 140, 141  
sindicatos, 53, 55, 58, 68, 69

### T

Tocantins, 89, 90, 91, 98, 99, 100, 101, 106, 108

turismo, 7, 9, 10, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 31, 32,  
33, 34, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64,  
65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77,  
78, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93,  
94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104,  
105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113,

114, 116, 121, 125, 127, 128, 129, 130, 131,  
133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143,  
144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 155, 156,  
157

turismo cultural, 9, 10, 129

Turismo Sustentável, 86, 112, 113

## SOBRE A ORGANIZADORA

### **Queila Pahim da Silva**



Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural, ambiental e política que se consolidou como fenômeno social em todo o mundo e que acarreta profundas transformações no cotidiano das pessoas e do meio ambiente. Deste modo, é imprescindível conhecer e refletir sobre seus inúmeros desafios e potencialidades e para fomentar esta análise, esta obra apresenta trabalhos acadêmicos de autores de várias partes do Brasil e de Portugal, que trazem seu olhar sobre questões inerentes à atividade turística num contexto anterior e corrente da pandemia do novo coronavírus, abordando temas como cultura, religiosidade, preservação de patrimônio natural e imaterial, governança, destinos inteligentes, política pública do mapa da turismo brasileiro, acessibilidade e gestão de eventos culturais em uma organização pública.

ISBN 978-658831941-3



**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)